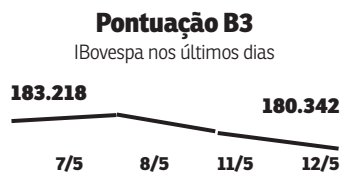
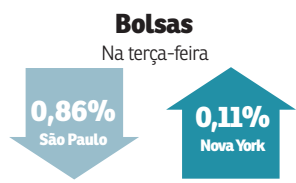




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 13 de maio de 2026



Na terça-feira

**R\$ 4,895**  
(+ 0,08%)

**Dólar**

Últimos

6/maio	4,920
7/maio	4,923
8/maio	4,893
11/maio	4,891

**Salário mínimo**

**R\$ 1.621**

**Euro**  
Comercial, venda na terça-feira

**R\$ 5,747**

**CDI**  
Ao ano

**14,40%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

**14,38%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

## COMÉRCIO EXTERIOR

# Governo zera a taxa das blusinhas

Presidente Lula recua e elimina imposto sobre a importação de produtos abaixo de US\$ 50 por meio de medida provisória

» RAPHAEL PATI  
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» FERNANDA STRICKLAND

Em um movimento que causou surpresa no Congresso Nacional, o governo federal resolveu voltar atrás com a taxa das blusinhas, como é reconhecida a tarifa instituída em junho de 2024 sobre a importação de produtos de até US\$ 50. Na noite de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) que extingue a taxa que estava em vigor há quase dois anos. A MP foi publicada, ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU) e já entrou em vigor.

Além disso, foi instituída uma portaria pelo Ministério da Fazenda que trata sobre a continuidade do programa Remessa Conforme. Desde agosto de 2024, essas compras estavam submetidas a uma taxa com alíquota de 20%. O objetivo, segundo o governo, era frear a atuação do contrabando no setor, além de ser uma proteção para o mercado interno em meio ao avanço de sites de e-commerce chineses, como AliExpress, Shopee e Shein. Mesmo com o fim deste tributo, a partir de hoje, os produtos seguem submetidos à taxa do Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS), que passou de 17% para 20% em 10 estados, no mês passado.

A assinatura da MP ocorreu, ontem, no Palácio do Planalto, após uma reunião de Lula com o vice-presidente Geraldo Alckmin, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, e os ministros Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento), Míriam

Reprodução/YouTube/Gov



Governo anunciou o fim da taxa das blusinhas após reunião ministerial. MP foi publicada, ontem, em edição extra do DOU e já entrou em vigor

Belchior (Casa Civil), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência) e Márcio Elias Rosa (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços-Mdic).

Alckmin foi um dos nomes do governo que outrora defendia a manutenção da taxa das blusinhas como estratégia de proteção à indústria nacional. “Continuo a entender que é necessário, porque a tarifa é ainda menor do que à aplicação da indústria nacional. Se você

for somar aí 20% do imposto de importação, mais o ICMS dos estados, vai dar menos de 40%. Já o produtor nacional paga quase 50%”, disse o vice-presidente, em conversa com jornalistas no mês passado.

Na mesma linha de Alckmin, o secretário-executivo da Fazenda e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendiam, até ontem, uma eventual manutenção da taxa das blusinhas. Isso, segundo Ceron, evitou concorrência “destrutiva e

desleal”. Antes da assinatura oficial da MP, ele afirmou que a taxa teve sucesso no combate ao contrabando do comércio digital e destacou que o fim da taxa deve beneficiar a população mais carente, “que utiliza muito dessas plataformas para adquirir produtos que são muito importantes para o seu dia a dia”.

No plenário da Câmara dos Deputados, parlamentares relataram surpresa com a assinatura da medida provisória. O líder do governo

na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou que o parecer está concluído e deve ser apresentado ainda hoje, sinalizando a aceleração nas negociações em torno da proposta.

Já o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), e vice-líder na Câmara da legenda, afirmou que, embora houvesse conhecimento de que o relatório dessa MP estava sendo elaborado, os parlamentares foram “pegos de surpresa” com a

sinalização de apresentação imediata do texto, o que aumentou a movimentação e as articulações de última hora na Casa. Passarinho disse ainda que se o governo voltasse atrás, seria uma vitória para a direita. “Na minha opinião, isso só gera desgaste, é um tiro no pé”, afirmou.

Em nota publicada na noite de ontem, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria (FPI), presidida pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ), criticou a medida provisória e afirmou que ela enfraquece a indústria, além de ampliar a concorrência desleal com empresas brasileiras. “Não existe competitividade quando o empresário brasileiro paga impostos altos e o produto importado entra sem tributação. Isso prejudica empregos, produção nacional e o comércio formal”, informou o comunicado.

O setor produtivo também criticou a MP. Por meio de nota, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) manifestou preocupação com a medida, afirmando que ela ampliaria a “assimetria competitiva” entre a indústria nacional e plataformas internacionais de e-commerce. “A retirada da tributação sobre produtos importados de baixo valor tende a aprofundar a concorrência desigual enfrentada pelas empresas nacionais, especialmente pelos pequenos e médios negócios”, afirmou a entidade.

A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvetex) também repudiou “com veemência” o fim da taxa das blusinhas. Em nota, a entidade, inclusive, informou que “a medida colocará em risco 18 milhões de empregos gerados pela indústria do varejo nacional”.

# UE barra carne bovina brasileira a partir de setembro

» PEDRO JOSÉ\*  
» RAFAELA GONÇALVES

A União Europeia (UE) divulgou, ontem, uma lista de países autorizados a exportar carne para o bloco dentro das novas regras de controle do uso de antibióticos na pecuária a partir de setembro. O Brasil ficou fora da relação, que foi validada pelos Estados-membros e inclui países vizinhos, como Argentina, Colômbia, México e Uruguai, considerados em conformidade com as exigências sanitárias europeias.

A decisão ocorre em meio às pressões de agricultores europeus, principalmente da França, após a entrada em vigor provisória do acordo de livre-comércio entre a UE e o Mercosul neste mês. O tratado ainda aguarda definição judicial sobre a validade do bloco europeu. Segundo a Comissão Europeia, o Brasil não foi incluído por ainda não ter apresentado garantias suficientes sobre a restrição ao uso de determinados antimicrobianos na produção animal. Apesar disso, autoridades do bloco afirmam que a lista poderá ser revista futuramente, caso as pendências sejam atendidas.

A UE é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil e um importante destino das exportações de carnes brasileiras. Em 2025, o país vendeu US\$ 1,8 bilhão de proteínas bovina e de frango ao bloco que reúne 27 países,

consolidando-se como o segundo maior mercado, atrás apenas da China, responsável por US\$ 9,8 bilhões, no mesmo período.

A divulgação da lista foi interpretada como uma resposta às críticas do setor agrícola sobre a concorrência externa. O comissário europeu para a Agricultura, Christophe Hansen, disse que os padrões sanitários do bloco são rigorosos e que é legítimo exigir que produtos importados cumpram os mesmos requisitos aplicados internamente. “Nossos agricultores seguem alguns dos padrões de saúde e antimicrobianos mais rigorosos do mundo. Portanto, é legítimo que os produtos importados estejam sujeitos aos mesmos requisitos”, afirmou.

Pelas regras da UE, é proibido o uso de antimicrobianos em animais com o objetivo de acelerar o crescimento ou aumentar a produtividade. A legislação também veta antibióticos considerados essenciais para o tratamento de infecções humanas. As restrições integram a estratégia do bloco para conter a resistência bacteriana e reduzir o uso considerado indevido de antibióticos na produção pecuária.

O governo federal afirmou ter recebido a notícia com “surpresa”. Em nota conjunta divulgada, ontem, os ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), destacaram que, no momento, as exportações de

## Listagem

**Dos 92 países e regiões que estão liberados para exportar para a União Europeia, segue a lista dos 37 que podem exportar bovinos, suínos e aves — Brasil está fora**

- » Andorra: bovinos e suínos.
- » Argentina: bovinos e aves.
- » Austrália: bovinos.
- » Bósnia e Herzegovina: bovinos, suínos e aves.
- » Botsuana: Bovinos.
- » Canadá: bovinos, suínos e aves.
- » Chile: bovinos, suínos e aves.
- » China: aves.
- » Coreia do Sul: aves.
- » Essuatíni (antiga Suazilândia): bovinos.
- » Estados Unidos: bovinos, suínos e aves.
- » Ilha de Man: bovinos, suínos.
- » Ilhas Malvinas: bovinos.
- » Israel: aves.
- » Japão: bovinos, suínos e aves.
- » Jersey: bovinos.
- » Kosovo: aves.
- » Macedônia do Norte: bovinos, suínos e aves.
- » Malásia: aves.
- » Marrocos: aves.
- » México: suínos.
- » Moldávia: aves.
- » Montenegro: bovinos, suínos e aves.
- » Namíbia: bovinos.
- » Nova Zelândia: bovinos.
- » Paraguai: bovinos.
- » Reino Unido: bovinos, suínos e aves.
- » Rússia: Bovinos, suínos e aves.
- » San Marino: bovinos, suínos.
- » São Pedro e Miquelão: aves.
- » Sérvia: bovinos, suínos e aves.
- » Singapura: bovinos, suínos e aves.
- » Suíça: bovinos, suínos e aves.
- » Tailândia: aves.
- » Turquia: aves.
- » Ucrânia: bovinos, suínos e aves.
- » Uruguai: bovinos.

Fonte: União Europeia

produtos de origem animal para a UE seguem normalmente, uma vez que a restrição entrará em vigor a partir de 3 de setembro deste ano.

Como primeira medida diplomática para tentar reverter a decisão, o chefe da Delegação do Brasil junto à UE tem uma reunião agendada para hoje com autoridades sanitárias do bloco para buscar explicações. O governo federal garantiu que tomará “prontamente todas as medidas necessárias” para retornar à lista de autorizados e manter o fluxo comercial ao mercado

europeu, para o qual exporta há quatro décadas.

## Impactos

Para especialistas, a exclusão do Brasil da lista traz desdobramentos nas esferas sanitária, comercial e política. Segundo Davi Lelis, economista e sócio da Valor Investimentos, o principal impacto negativo recai sobre a margem de lucro das empresas e a reputação do país. Ele ressaltou que, embora a China seja o maior destino em volume para a proteína animal

brasileira, a UE representa um mercado de alto valor agregado, que remunera melhor, mas cobra padrões mais rígidos. “Perder ou até restringir o acesso a esse mercado afeta principalmente a margem brasileira, a reputação sanitária e a percepção internacional sobre as cadeias produtivas do país”, avalioun o economista.

Do ponto de vista macroeconômico, Lelis avaliou que o impacto direto no Produto Interno Bruto (PIB) nacional deve ser contido. No entanto, ele destacou ainda que os efeitos regionais e setoriais podem

ser severos. “O efeito, com certeza, é relevante, principalmente para frigoríficos, produtores integrados, pecuaristas, cadeias logísticas e fornecedores, que podem sentir mais esse baque no geral”, explicou ele, lembrando que o agronegócio é um setor altamente estratégico e responsável por quase metade das exportações do país.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), afirmou que o setor privado tem trabalhado em parceria com o Mapa na elaboração de protocolos voltados ao atendimento das novas exigências europeias, além de manter diálogo técnico e colaboração com as autoridades competentes sobre o tema. Há, inclusive, segundo a entidade, previsão de missão europeia ao Brasil no segundo semestre para avanço e conclusão desse processo técnico. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por sua vez, informou que a expectativa é de continuidade do diálogo técnico antes da publicação da versão definitiva da listagem.

Para Felipe Fagundes Rezen-de de Azevedo, especialista em Reestruturação Empresarial e do Agronegócio, advogado do Benito Muniz Advocacia, a boa notícia é que a janela de reversão está aberta. “A própria UE indicou que a lista é revisável”, disse.

\*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel